

Bancos com anúncios são removidos

Governo do Distrito Federal revoga autorização para uso de 1,4 mil assentos na beira de rodovias. Alguns deles tinham espaços alugados para publicidade e começaram a ser retirados

» SHEILA OLIVEIRA

A Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) iniciou operação para a retirada de 1,4 mil bancos de concreto instalados às margens das principais vias de acesso a cinco regiões administrativas. Os assentos públicos estavam sendo utilizados como espaço para propaganda sem autorização do órgão competente nem pagamento pelo uso de área pública. Os bancos estão espalhados por Recanto das Emas, Samambaia, Taguatinga, Ceilândia e Santa Maria.

De acordo com a Agefis, os assentos começaram a ser construídos em 2005 por um empresário que cobrava até R\$ 400, por ano, pelo aluguel de cada anúncio. Só em Samambaia, cidade que contava com 400 bancos, o homem lucrou em sete anos cerca de R\$ 1,1 milhão.

A autorização para a construção dos assentos foi concedida pelas administrações regionais

do governo anterior, segundo a Agência de Fiscalização. A Lei Orgânica do DF obriga que toda pessoa, física ou jurídica, que utilize área pública para fins particulares participe de processo licitatório, no qual é estabelecido o tamanho da área destinada e o valor da taxa a ser paga ao governo.

Procurado pela reportagem do *Correio*, o responsável pela empresa preferiu não se pronunciar sobre o caso. As administrações regionais informaram que as autorizações foram revogadas e publicadas no *Diário Oficial do DF* no mês passado.

O superintendente de Fiscalização da Agefis, Cláudio Caixeta, informou que o empresário foi notificado para retirar a propaganda dos bancos. "Como não houve nenhuma ação em relação à retirada dos anúncios, decidimos remover os bancos que não possuem utilidade pública. Nos locais onde podem ser utilizados pela comunidade e se for

de interesse da administração regional, deveremos mantê-los, mas sem o anúncio", disse.

Segundo o administrador de Taguatinga, Carlos Jales, os 145 bancos instalados irregularmente na cidade serão reaproveitados no Taguaparque. "Alguns foram quebrados durante a retirada, mas vamos consertá-los e, até o fim do semestre, poderão ser utilizados pela comunidade local", anuncia. Jales calcula que cada banco custa em média R\$ 500, o que equivale a R\$ 72,5 mil de investimento por parte do empresário. "Não podemos desperdiçar esse montante. Vamos aplicá-lo para garantir o bem-estar da população", afirma o administrador.

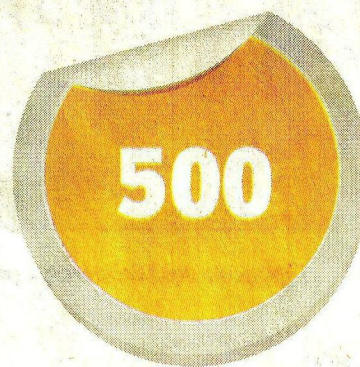
A medida de Carlos Jales conta com o apoio dos moradores da região. "O banco na beira da pista não tem utilidade. O melhor é instalar onde está faltando", opina a vendedora Jacksânia de Sousa, 25 anos.

Já em Samambaia, a decisão

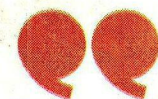
Janine Moraes/CB/D.A Press



Na saída do Riacho Fundo, o banco serve para divulgar serviços: na mira da fiscalização



Total de bancos instalados em Ceilândia



Para reutilizar os bancos precisamos elaborar um projeto que deverá traçar as necessidades de cada quadra"

João Batista, chefe de gabinete da Administração Regional de Samambaia

do administrador em quebrar os 400 bancos espalhados pela cidade não agradou à população. A balconista Neuraci Santos, 22 anos, reclama da falta de assentos adequados para os moradores. "Todo dia, fico aguardando em pé o horário de começar a

trabalhar. Antes, os bancos ficavam no sol e agora nem isso tem. O administrador deveria transferi-los para a sombra, assim atenderia a toda a comunidade", contesta a jovem.

O chefe de gabinete da Administração Regional de Samambaia,

João Batista, explicou que os assentos não podem ser transferidos para lugares aleatórios. "Precisamos respeitar o plano urbanístico da região. Para reutilizar os bancos, precisamos elaborar um projeto que deverá traçar as necessidades de cada quadra", diz. O representante da administração não soube informar quantos assentos públicos regulares a cidade possui.

Em Ceilândia, cidade onde foi registrado o maior número de bancos instalados em locais impróprios para o uso da população, cerca de 500 no total, 95% deles foram recolhidos. De acordo com o administrador, Ari de Almeida, os assentos devem ser reaproveitados na área interna de algumas escolas públicas. "Já existe uma demanda para o uso dos bancos", informa.

Segundo o superintendente da Agefis, os próximos bancos irregulares a serem recolhidos pelo órgão se encontram no Recanto das Emas e em Santa Maria.